

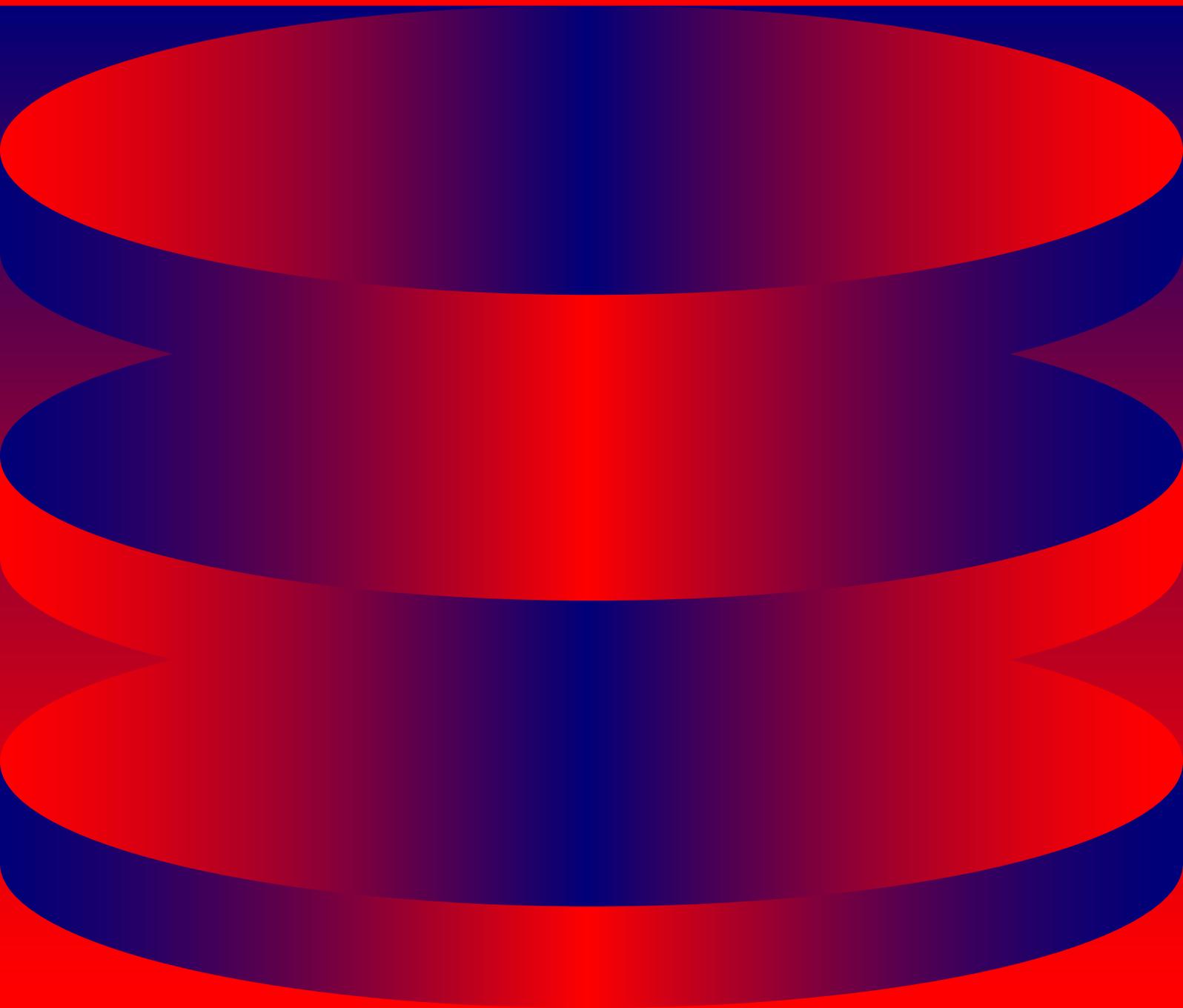
caderno de leituras n.113

abolir o dinheiro

série *intempestiva*

eske bockelmann

tradução de
sergio ricardo oliveira



**nota da
editora**

A edição que nos serve de referência para esta publicação é: Eske Bockelmann. *Abolishing money*. 2ª ed. Tradução de Roy Greenspan. Zürich: Money Museum, 2012. Agradecemos ao tradutor Sergio Ricardo Oliveira por ter sugerido esta publicação e ao Money Museum por tê-la autorizado.

prólogo

Quando percebi, aos cinco anos de idade, que, como todo mundo, também um dia teria de ganhar meu próprio dinheiro, estava terrivelmente certo, a princípio, de que falharia e, em segundo lugar, de que realmente teria de aprender magia. De outra maneira, estava dolorosamente claro para mim que jamais conseguiria todos aqueles bens essenciais para a vida.

Poderia muito bem imaginar conquistar uma profissão e dominar várias habilidades que ainda não tinha. Mas o que realmente me assustava, no entanto, era o fato de minha profissão futura estar necessariamente vinculada à repartição daquele material estranho e distante, que parecia vir de uma fonte alienígena e ao qual, obviamente, meus pais e suas profissões estavam sujeitos. Além do mais, o fato de que minha própria sobrevivência dependesse desta substância não me deixou outra opção senão a magia. Sabia, é claro, que minhas chances de aprender magia eram remotas, mas, uma vez que minhas pretensões eram apenas garantir o básico, como comida e abrigo, talvez pudesse limitar-me a materializar estas necessidades, e não tudo de uma só vez...

Até hoje não aprendi nada de magia. E então levantei minha mão quando a pergunta enfim foi feita: “[...] ou alguém desejaria abolir o dinheiro?” Isso aconteceu no final de um colóquio sobre o sociólogo Alfred Sohn-Rethel. Estava participando de uma mesa-redonda no auditório e Jochen Hörisch concluía: não obstante a crítica incisiva ao dinheiro e à troca, Sohn-Rethel admirava o dinheiro. Portanto, não deveríamos concluir nosso colóquio desprezando totalmente o dinheiro, mas, ao contrário, reconhecer suas conquistas significativas. Afinal, o dinheiro facilita os mecanismos de produção e distribuição da sociedade e, de acordo com Sohn-Rethel, este teria, no fim das contas, criado o próprio pensamento racional. Nossa própria língua foi enriquecida pelo recurso gigantesco e inesgotável de metáforas relativas ao dinheiro. Com efeito, o dinheiro merece nossa admiração, um fato que deveríamos reconhecer, “[...] ou alguém desejaria abolir o dinheiro?”

Bom, levantei a mão: se dependesse de mim, sim, o aboliria. Mas espere um pouco. Olhei em volta e não vi nenhuma outra mão levantada. A minha era a única. Parecia que ninguém mais cativava o desejo, e muito menos a ideia, de que um dia as coisas pudessem funcionar sem o dinheiro. Abismado, ponderei então se os *insights* de Sohn-Rethel eram menos sobre o estímulo à abolição do dinheiro e mais sobre dar os motivos pelos quais, na verdade, ninguém quer fazê-lo.

o dinheiro não vai bem

Será está tudo bem com o dinheiro? Não, as coisas não vão bem com o dinheiro. Muito do que se pode dizer a respeito é que, na verdade, o dinheiro elege uma pequena parte da humanidade para que se torne rica e próspera, ao passo que, a maior parte é, de longe, por conta desta riqueza, sujeita a penúria, privação e fome. A culpa é do dinheiro? Sim, a culpa é do dinheiro. Sobretudo, na medida em que o dinheiro é o fundamento primeiro e mais comum precisamente daquelas condições sociais vigentes hoje no mundo inteiro; o dinheiro provocou este tipo de divisão na humanidade e agravou o drama da crescente maioria da população mundial.

Isso não deveria ser interpretado como se antes da era do dinheiro não houvesse pobreza, sofrimento ou violência. E ainda há outro equívoco a ser evitado, e que foi por muitas vezes cultivado por Sohn-Rethel: com a cunhagem das primeiras moedas no início da Grécia Antiga, o dinheiro já haveria formado o *nexus rerum*; em outras palavras, o dinheiro já demonstraria o poder de alicerçar toda a sociedade e de produzir os efeitos aos quais aludi há pouco. Não se alcançou esse estágio antes que a Europa adentrasse o período pós-medieval. Na verdade, a transição para a economia monetária eclodiu no decurso do chamado “longo” século XVI, e é essa a transição que de fato marca o início da era moderna. Naturalmente, o dinheiro existia antes de 1500, mas antes dessa época — e muito mais tarde fora da Europa — os bens eram produzidos principalmente para uso próprio. Isto significa que as necessidades da sociedade não eram, na maior parte das vezes, produzidas na forma de mercadorias, que seriam depois vendidas por dinheiro. Em vez disso, esses bens eram produzidos por aqueles que também os utilizavam diretamente, ou apropriados por aqueles designados pelas linhagens estabelecidas de poder e por decreto, que depois os distribuía aos seus dependentes. Enquanto todo o ciclo geracional de uma sociedade se apoiasse nestes princípios, o que se deu até o medievo feudal, esta ainda não era dominada pela produção de mercadorias e pelo valor de troca. E, conseqüentemente, nem pelo dinheiro. Somente mais tarde, com a transição europeia à específica era moderna, o dinheiro começou a permear toda a sociedade,

e a fazer com que o sustento das pessoas e de suas inter-relações dependessem decisivamente *dele*. Esta é a origem das condições sociais historicamente muito específicas a que me refiro, e que se tornam óbvias atualmente. E assim, não obstante a riqueza e os aumentos inimagináveis na produtividade, o dinheiro não vai nada bem.

Não há dúvidas de que hoje estamos vivendo em uma sociedade *mercantil* extraordinariamente globalizada – ainda que haja dúvidas quanto ao seu *funcionamento*. Até mesmo as vozes oficiais menos sofisticadas – se me lembro bem, sob o apoio de um presidente da República Federal Alemã – sentiram a necessidade, não muito tempo atrás, de lançar uma campanha publicitária que preconizava o “Modelo Voluntário”. Esta noção não se limitava apenas a clubes desportivos. Não, passaríamos *todos* a depender do voluntarismo. O trabalho voluntário deveria tornar-se o novo fundamento de “nossa” sociedade. Longe de um interesse próprio, calculado em direção à predisposição em demonstrar solidariedade ao semelhante, se não desejam ver a sociedade derrotada por seus famosos “desafios”. Esta ideia de trabalho voluntário, isto é, sem remuneração, está para ser desenvolvida em uma nova forma estrutural de trabalho, porque o pagamento pelo trabalho requerido nos quatro cantos do mundo tem causado dificuldades intransponíveis. Sim, há muito a ser feito, mas quem é que deveria pagar por isto? Portanto, cidadãos, acabem com a frieza social e encarecidamente esqueçam o pagamento.

Ainda pensando nesta linha: o que quer que eu faça para conseguir dinheiro hoje, faria voluntariamente, sem pagamento, considerando que meu alimento me fosse oferecido voluntariamente, que pudesse morar em meu apartamento voluntariamente, e que alguém voluntariamente me ajudasse a consertar minha bicicleta.

Quando insisto atualmente em ser pago pelo meu trabalho não significa que tenha um grande apetite pelo dinheiro, ou que tenha primeiro de ver o dinheiro (“*Dinheiro, Dinheiro, Dinheiro!*”) antes de devidamente gastá-lo. Não, minhas necessidades pecuniárias simplesmente refletem a reconhecida necessidade que vejo por

toda parte, isto é, o fato de que obtenho os recursos de que preciso para conduzir minha vida somente na forma de *dinheiro*, que todos à minha volta o exigem como pagamento, e por isso devo também ter dinheiro disponível para adquirir o que quer que eu necessite. E por que todos insistem em usar o *dinheiro*? Porque é preciso, uma vez que todos, eu inclusive, insistimos no dinheiro. E por aí vai: um ciclo interminável mundo afora.

Fica claro que o *poder coercitivo* que o dinheiro tem sobre todos, querendo ou não, deriva de sua universalidade. Apenas *universalmente* ele pode ser abolido. Implicitamente, é isto que o projeto Modelo Voluntário esboça, em toda sua inocência, ao propor que o trabalho não remunerado seja o fundamento de nossa sociedade. Mas tenha cuidado, Sr. Presidente, com esta ideia comunista por excelência! Se as pessoas tivessem de realizar suas tarefas, ou de produzir apenas as coisas que considerassem essenciais ou desejáveis para suas vidas simplesmente porque estas coisas são essenciais e desejáveis, e não porque a coerção universal do dinheiro interveio e quer ser servida — e esta é obviamente a ideia —, aí se poderia falar de uma humanidade emancipada! Mas não exageremos: basta dizer que este é o bom pensamento materialista de uma vida satisfatória.

Mas esta não era sua intenção, Sr. Presidente, tenho certeza, e você certamente não queria abordar a questão da propriedade privada. Muito pelo contrário, você queria preservar a sociedade *como está*. É que nossa sociedade do dinheiro se meteu em tantos apuros que agora precisa de um remédio autocontraditório e inerente. O voluntariado contém uma visão da qual você quis nos blindar. Implica uma sociedade fundamentalmente *diferente*, aquela que funciona *sem* o dinheiro. Por incrível que pareça, ninguém parece chegar a esta conclusão, salvo — assim como, inadvertidamente, o faz o Sr. Presidente — de fato quase sem percebê-la. Ninguém pode ignorar as dificuldades evidentes, radicais e generalizadas que o dinheiro impõe a *si mesmo* e aos outros: desde o desemprego, que agora aceitamos como fato inconteste, até a grande crise financeira mundial, que demandou esforços tremendos dos países mais poderosos do mundo para que nosso estimado sistema financeiro

fosse salvo do colapso iminente. E com certeza não há tabus na hora de criticar de forma incisiva os banqueiros e investidores, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, os gafanhotos especuladores e os *players mundiais*, os políticos e os regulamentadores displicentes, gerentes imorais e incompetentes, mercado justo *versus* mercado livre, muita dívida *versus* pouco crédito. Mas esta crítica e a insatisfação generalizada com o sistema financeiro não chega a ser capaz de questionar como tudo poderia funcionar *sem* o dinheiro. Em vez disso, insiste-se teimosa e necessariamente em continuar *com* o dinheiro, procurando apenas – e só o demônio saberia como – *otimizá-lo*.

duas maneiras de melhorar o mundo “com”

Há só dois caminhos que oferecem alguma esperança para fazer isso, sendo questionável apenas qual deles seria o menos promissor. Forças poderosas mobilizam-se para combater um deles. O outro já foi descartado pela história.

O último foi a tentativa de *moralizar* o dinheiro. O dinheiro deveria fazer tudo de maneira *correta*. Este deveria estar a postos para distribuir a riqueza de maneira justa. Não a dividir a humanidade em duas classes. Deveria ser canalizado para onde fosse necessário sustentar vidas, estar onde os objetivos válidos estivessem. Para este fim, metade do mundo evocou Marx, sendo o resultado único um equívoco grosseiro, além da total distorção de sua *crítica* da economia política. As leis do valor que Marx viu em funcionamento no sistema capitalista, e as quais em sua vivacidade apontou como responsáveis por este sistema, *não* foram de fato criticadas pelo socialismo de Estado, que, em uma inversão total de sua pretensão, descaradamente tomou-as como leis da natureza que deveriam ser aplicadas, somente neste sentido, para fazer a *boa* economia. Os países que se consideravam comunistas não tinham a menor intenção de dispensar a lógica do dinheiro; antes, a ideia era *usá-lo* da melhor maneira possível. Não aboliram o que Marx criticou; ao contrário, fizeram daquilo profissão de fé. Eles simplesmente o delimitaram para que se ajustasse aos padrões morais conhecidos. E, para isto, de vez em quando infligiam uma espécie de freio ao dinheiro.

O planejamento não substituiu o dinheiro, suas respectivas leis ou sua utilidade abstrata, mas apenas a *competição* pelo dinheiro. Planejou-se onde o dinheiro deveria ser gerado, e qual quantia a ser produzida, além do preço de venda dos produtos. O que em um ambiente puramente capitalista é conduzido pela competição no mercado – na qual os participantes devem reagir aos preços dos concorrentes e, na mesma medida, produzir apenas quando proventos significativos são esperados – foi alvo dos planejadores

1. [N.t.] Taxa proposta pelo economista James Tobin. Trata-se de uma imposto que incide sobre operações financeiras internacionais de caráter especulativo.

socialistas de Estado, juntamente com o controle do dinheiro. Assim, eles de fato criaram condições muito diferentes daquelas do sistema capitalista ocidental, o que, por sua vez e em alguma medida, libertou as pessoas da lógica do dinheiro. Aqueles que, como eu, depois da queda do muro de Berlim abandonaram a Alemanha Ocidental e foram para o seu lado Oriental, ali residindo por alguns anos, conseguiam perceber claramente as diferenças de comportamento entre as pessoas das duas regiões, e logo então observar o rápido desaparecimento de tais diferenças.

Contudo, a lógica do dinheiro permaneceu a postos, intocada, e realizou seu trabalho, apesar das boas intenções dos planejadores. Enquanto os resultados efetivos do planejamento não estavam no primeiro plano — por exemplo, nas casas construídas sob certas especificações de qualidade —, mas, em vez disso, apenas na *quantidade de dinheiro* a ser gasta ou potencialmente realizada a partir destas casas, as prioridades dos planejadores estavam erroneamente orientadas. A quantidade de dinheiro disponível para adquirir uma certa quantidade de material de construção, para se ter ideia, bem como a quantidade de aço, era tudo o que os construtores reconheciam. Eles inflacionariam ao máximo a estrutura do prédio com aço a fim de que se atingissem os objetivos dos planos, em lugar de simplesmente instalar a quantidade adequada para o que a construção exigia. E, deste modo, mesmo aqui, o valor abstrato danifica o valor *material* dos bens ao ser, de maneira completamente anticapitalista, displicentemente oneroso com os custos. E que o próprio valor *abstrato* nunca produziu o suficiente em relação ao valor agregado pretendido é um fato bastante sabido.

Tendo falhado em sua tentativa, esta abordagem precisou abandonar o bonde da história. Todavia, mesmo muito distante do campo original, seus sucessores ainda aparecem. Ora com cautela, ora contundentes, eles não parecem dispostos a ir tão longe quanto os socialistas. Não querem mudar nada na matemática capitalista básica da geração de valor agregado — o imposto Tobin¹ aqui, ou talvez a taxa sobre as máquinas em lugar de seres humanos lá, mais oportunidades de mercado para

países pobres aqui ou uma desaceleração de mercado lá, objetivando-se dar uma face mais humana a tudo isto. Onde quer que os freios sejam aplicados, o imperativo do crescimento, implementado pelo agente universal da sociedade, o dinheiro, e já reagindo mal ao mero crescimento modesto, tolera ainda menos qualquer forma de constrangimento. O dinheiro aí somente funciona como capital — isto é, somente produz *algo* — se é capaz de gerar *mais* dinheiro. Se a operação comercial traz menos retorno do que investe, ela não é então uma operação comercial, e qualquer uso do dinheiro que não gere mais dinheiro deve ser interrompido. Esta lógica cristalina se aplica à menor das operações de troca e, mais ainda, por conta da vasta quantidade de capital que percorre o mundo em busca de crescimento, ao mercado global. Inibir ainda mais o mercado global, que já encontra muitas dificuldades para perpetuar-se razoavelmente, significaria apenas agravar a crise. Isso não só não seria mais humano; como, ainda pior, seria catastrófico. Os colapsos já disseminados no presente, responsáveis pela ruína de muitos países, se tornariam mais profundos, assim como as condições normais e confortáveis da vida capitalista ganhariam decisivamente em dimensão e vigor. O dinheiro não pode ser persuadido a funcionar como dinheiro e, ao mesmo tempo, não funcionar como dinheiro; ou seja, não se pode pedir que ele seja “bom para todos, por favor”.

A outra concepção sobre como se poderia atuar melhor com o dinheiro é bastante sólida. O dinheiro só precisa ser libertado de todos os freios, sem olhar para a esquerda ou para a direita, apenas conduzido na direção de seu *próprio* sucesso — “o capitalismo puro”, “altamente global”, “neoliberal” — e, conseqüentemente, todo o resto funcionaria bem. Se o mundo, por fim, se inundasse de capital, então se produziria a abundância de riqueza, a caridade e o bem estar para tudo e todos. Se isto *ainda* não aconteceu nos dias de hoje, não é por conta do “capitalismo puro”, mas porque o capitalismo ainda não se purificou o suficiente para de fato decolar. Até agora, os séculos de economia capitalista criaram grandes riquezas, mas porque estas ainda não chegaram a todos, temos de *continuar* nesta direção e simplesmente criá-las *ainda mais*.

Sim, apenas aquilo que o dinheiro toca possui de fato a garantia de que será transformado no melhor. Se hoje o ar está poluído e a água, além de outras coisas, está terrivelmente contaminada — a saber, segundo bons cálculos de custo —, então água e ar simplesmente deveriam ser “monetizados”, isto é, receber um valor atribuído em dinheiro, ser comercializados, disponibilizados como mercadoria apenas para aqueles que podem adquiri-la. Apenas então, quando tudo estivesse valorado monetariamente, tudo seria avaliado na medida exata e protegido enquanto bem precioso e caro. Esta é uma convicção que exprimia Hörsch no pódio: o mundo seria bom sendo muito caro.

Então, nós só temos de assegurar de alguma maneira que uma quantidade grande, mas, por favor, *sem exagero*, de dinheiro esteja disponível em todos os lugares em quantidades *adequadas*. Qualquer pessoa física e jurídica deveria ter dinheiro *suficiente* para cobrir sua necessidade — somente dessa maneira a penúria poderia ser evitada —, mas, em hipótese alguma, alguém deveria ter *mais* dinheiro que o necessário. Somente assim se evitaria que alguém pagasse por algo como a poluição do ar. O mundo inteiro como um grande amontoado de produtos — desde gotas d’água a itens de alta qualidade, desde o trabalho ao direito de morar em algum lugar — deve enfrentar a quantidade precisamente equilibrada de riqueza monetária disponível, e não apenas a soma total de todos os produtos na relação com a quantia total de dinheiro, mas todos, *sem exceção*, deveriam sistematicamente obter a quantia exata de dinheiro necessária para gastar de forma a compensar o seu ou a sua quantidade exata de produtos. Ó santa *harmonia praestabilita*, que divina providência teria planejado *isto!* Mas não, até mesmo isso seria simples demais. Há mais um passo decisivo: toda esta harmonia maravilhosa entre a quantia de produtos terrestres e o valor abstrato que somam quando consumidos deveria ser criada somente a partir da mão invisível do mercado, a rivalidade cega de todos contra todos, através da pura *lógica do valor abstrato*. Embora os detratores da globalização manifestem-se seriamente perante os políticos, eles

deveriam na verdade *exigir* a distribuição harmoniosa de dinheiro para nos governar neste país por meio de uma postura firme na direção da “economia”. Mas isto somente significaria novamente tentar ensinar ao dinheiro aquela *moral* que, sendo dinheiro, não pode seguir, e que assim não segue há séculos. Do mesmo modo, os políticos que deveriam orientar o dinheiro na direção correta não o fazem, e nem se quisessem poderiam fazê-lo. Eles estão tão preocupados em estabelecer condições favoráveis para que suas economias nacionais criem as bases sobre as quais toda economia nacional está fundada, ou seja, a capacidade de utilização mais alta possível, seguindo a única lógica possível para a alta utilização, que é, no fim, a própria lógica do dinheiro.

Como isto funciona não é segredo nenhum: cria-se e impõe-se exatamente o contrário da harmonia desejada e esperada; não o equilíbrio da riqueza, mas a absurda polarização da sociedade entre ricos e pobres; ilhas de lucros possibilitadas apenas mediante o empobrecimento de muitos, capital que se torna vitorioso com a destruição de países inteiros. *E isto não pode ser evitado*. Porque o dinheiro celebra os eventos ao negá-los e evita as falhas ao criá-las. A competição na qual todos devem vencer é um triunfo *em detrimento* dos outros, e o dinheiro que se ganha vem de outrem. Se, como profetizado, todos podem ser vencedores com dinheiro, oh, então os deuses do dinheiro já deveriam há muito tempo tê-lo realizado! Até o mais brutal dos exploradores teria preferido não arruinar impiedosamente os salários modestos de seus trabalhadores, mesmo que isso significasse que teriam mais dinheiro para a compra de seus produtos. E mesmo a mais obstinada superpotência lobista preferiria não ver as medidas de “correção de mercado” do FMI arruinar os países sob sua tutela. Ao contrário, ela preferiria vê-los transformados em cenários promissores, com abundância de pessoas felizes e com muito dinheiro: que mercados atraentes eles criariam!

a mente não pensa “sem”

Mas não é assim que funciona, e a forma como tem funcionado nestes tempos — não preciso bater na tecla já conhecida — é a forma como *tem que* ser quando o dinheiro é a regra. A vida contemporânea é prova suficiente. O modelo ridículo do idealismo não será extinto: pois, se há pessoas bem sucedidas, todos, por sua vez, poderiam então também sê-lo, *caso fizessem exatamente o que elas fizeram*. Afinal, se uma pessoa vence uma corrida de 100 metros rasos, é claro que qualquer um pode vencer se fizer, por definição, exatamente como ela — infelizmente, também neste caso, derrubando os demais. Não, as variantes para se evitar derrotas são há muito tempo utilizadas: mais mercado; mais Estado; outra taxa de juros, gradualmente em mãos privatistas. E se realmente estivesse nas mãos dos administradores, políticos ou das instituições internacionais governar para o êxito geral de todos, ou pelo menos para o de uma nação, já o teriam feito. Nada teria consolidado melhor sua posição. Lehman Brothers e Worldcom — alguém ainda lembra? — não teriam falido, a África teria dado um jeito em vez de passar fome, e os oceanos ainda estariam repletos de peixes. A penúria do mercado e a penúria relativa a este mundo: eis o *trunfo* do dinheiro. E para onde quer que você vá, na tentativa de escapar das severas condições, você se vê dentro de *tal* lógica, que se impõe sempre como uma barreira.

Por que então escapa a ideia: sem o dinheiro?

Nega-se, não porque é difícil, não porque os problemas teriam sido incalculáveis e porque uma reflexão cuidadosa o haveria então descartado com profundo pesar. A ideia simplesmente não *existe*. Está faltando de antemão. Não obstante o pranto em comum, o desespero e as lamentações por dinheiro, ninguém ousa chegar perto de um pensamento que pretende eliminar a causa ou as circunstâncias das queixas e lamúrias. Até mesmo as ideias mais utópicas sobre como seria possível trabalhar com o dinheiro, porém, contra sua lógica, nunca chegam perto de alcançar esta utopia. Filósofos não têm problema

em afirmar que o mundo possivelmente não existe. Para os físicos, por outro lado, há mundos infinitos, mas o mundo *sem dinheiro* é um conceito alienígena.

Sohn-Rethel percebeu: o dinheiro também forma o *pensamento*. O caráter da mercadoria forma o caráter do pensamento – o dinheiro é como uma forma que molda nosso pensamento. O pensamento em si não é concebível sem o dinheiro. Então, a ideia de que seria possível “sem” fora tomada de nós. Nenhum pensamento escapa ao dinheiro, uma vez que ele já está firmemente instalado em cada pensamento.

Como isso pode ser?

De que modo o dinheiro está integrado ao nosso pensamento? Seus efeitos são tamanhos que olhamos o mundo através dele, por assim dizer. Já o carregamos nos olhos e por isso ele se imprime em tudo o que vemos; uma espécie de corpo vítreo que parece cobrir as coisas, uma polarização através da córnea que não nos permite enxergar nenhum outro mundo que não o polarizado. Este é o motivo pelo qual é tão infinitamente difícil *desviarmos nosso olhar* do dinheiro. Ele não apenas nos grita “estou aqui” por toda parte, como está onde quer que possamos olhar, estar, notar, tocar, ou mesmo adquirir, absolutamente tudo está inevitavelmente conectado ao dinheiro. Esta ubiquidade objetiva, no entanto, tem suas consequências e determina seus termos *em nós*, no interior do sujeito. Isso força o mundo inteiro, em toda parte, a *co-refletir* o dinheiro, a “*vê-lo*” em tudo. Para cada uma das inúmeras transações que precisamos realizar diariamente, precisamos saber, antecipar e ativamente comprovar de antemão que *as coisas deste mundo estão conectadas com o dinheiro*. Para assegurar que mesmo uma operação simples, como uma compra na padaria, seja bem-sucedida, precisamos observar adicionalmente o valor monetário da mercadoria e, antecipadamente, conseguir estabelecer sua relação com o dinheiro como um valor abstrato, baseado apenas em si mesmo.

A relação entre bens e dinheiro, que devemos estabelecer como um intercâmbio de equivalentes, vulgarmente conhecida como “compra” e “venda”, em que um é dado pelo outro, e assim equiparado a seu valor, exige que conceitualizemos este *valor*. E este valor é uma substância *puramente imaginária*, ou melhor, uma *não*-substância, imaterial, sem qualidades, vazia, não substanciada e sem átomos, um *nada* puramente quantificado. Porém, de novo, este nada sempre se relaciona à mercadoria, vinculando-se a todas as coisas imagináveis e às circunstâncias a que podemos comprar e pelas quais pagar, e assim, ao mesmo tempo, à encarnação de algo, à encarnação de todas as substâncias, qualidades e conteúdos possíveis – consoante, ao mesmo tempo, à encarnação de tudo. Em sua existência, o valor de troca do dinheiro é *pura forma*, isto é, a forma *que e pela qual* o dinheiro nos força a pensar – sem que o percebamos – o aspecto daquela *não*-substância esvaziada de conteúdo; uma forma que apenas o dinheiro produz em nosso pensamento. Em sua função, este valor vincula-se – ou melhor, *nós* o vinculamos, e *acreditamos* estar conectados – a tudo que possa tornar-se a qualquer momento mercadoria. Esse processo não se inicia ao entrarmos na padaria. Realiza-se, ao contrário, muito antes e sistematicamente. Para nós, trata-se de algo básico, essencial para todo o nosso pensamento, já que nascemos sob circunstâncias que assim o exigem. Somente se o pensamento consegue atingi-lo de forma satisfatória, e somente se isto é feito de forma fiel, é que este nada, este valor abstrato, pode *existir*, pelo fato de que as pessoas *reconhecem* sua função e assim *pressupõem* sua existência. Esta pressuposição, entretanto, não foi retirada do nada. Ela deriva sua razão contundente do fato de que a função do valor abstrato – qualquer que seja sua concepção – pode ser aplicada objetivamente. Caso alguém intente refutar esta pressuposição, agindo como se o dinheiro não existisse, as forças mundanas imediatamente se encarregariam de prover uma reeducação e de forçosamente ensinar a crença correta a esta alma confusa. As leis são sensíveis quando se trata de dinheiro, e asseguram que a polícia e outras forças tenham muito a fazer sobre este tópico em particular. Há fatos concretos e realidades férreas. E o fato ainda permanece: o dinheiro operar como dinheiro e ser inteiramente dinheiro fundamenta-se na condição prévia de que as pessoas o

pensam, que o conectam ao seu valor abstrato, o qual, de outra maneira, não existiria e não consistiria em nada, formando-se sinteticamente em seu pensamento — sim, poderia até se dizer, *imaginando-o*. O valor do dinheiro é *também*, deste modo, uma proeza do intelecto.

valor como energia

Portanto, esta questão encontra sua simples resposta quase tautológica: não conseguimos imaginar o mundo sem o dinheiro, porque pensamos tudo *com* ele. Involuntária e inevitavelmente, nosso pensamento tem de sintetizar este ser quimérico, “o valor”, e cobrir o mundo inteiro com ele. Isto pertence ao valor, como a ubiquidade global ao dinheiro e, ao mesmo tempo, contém em si sua negatividade: o vazio e a inconclusividade qualitativa do dinheiro. Uma vez que se equipara a praticamente *tudo*, ele não carrega nenhuma espécie de definição intrínseca. Não possui limites definidos que impeçam qualquer coisa de ser trocada por dinheiro e, por conseguinte, de exibir um valor abstrato a ela acoplado. Paradoxalmente, é precisamente esta inconclusividade que define o modo como concebemos valor e para onde transferimos sua forma. Quanto menos delimitamos o dinheiro, isto é, definindo o que não pode ser comprado e, logo, a ele relacionado, menos poderemos delimitar em nosso pensamento o que constituímos ou não como passível de se atribuir valor. O espalhamento universal da coisa é visualizado em um esvaziamento de conteúdo e, por sua vez, a coisa esvaziada de conteúdo é contemplada no fato de que sua forma é universalmente *transferível* a tudo — a toda cognição. Nada é capaz de dar fim ao pensamento “não tenho valor”. Por isso, em nosso mundo mediado pelo dinheiro, nosso pensamento considera cada parte deste mundo como passível de obter também um valor.

Ainda recordo bem a indignação de um trabalhador da construção civil da Alemanha Oriental ao notar que seu colega ocidental deixava cair uma caixa de pregos de um andaime e, em vez de recolhê-los, pegava a caixa mais próxima sem delongas. Na Alemanha Oriental, nenhuma tábuca de madeira era descartada antes que se retirassem os pregos encravados, os quais seriam reutilizados. Agora, os novos pregos são descartados e o cálculo é diferente. Uma pessoa faz o cálculo integralmente em dinheiro e diz a si mesma que o tempo exigido para descer e recolher os pregos um por um custaria mais do que novos pregos. Isso pode ser verdade ou não. De todo modo, para ele não foram pregos que caíram do andaime, mas dinheiro — que “é” tempo. Uma coisa é inerente a outra assim como

2. [N.t.] O trecho está referido na fala do Intendente-mor em “Palatinado Imperial: Sala do trono” do primeiro ato. A tradução de Jenny Klabin Segall traz: “Tanta antecipação já deu, / De anos a fio a renda engole. / Não chegam porcos à gordura, / Vês penhorada a cama dura, / Comido o pão na mesa de antemão” (J. W. Goethe. *Fausto II*. São Paulo: Editora 34, 2014, pp. 54, 55).

3. [N.t.] O trecho está referido na fala do Chanceler em “Palatinado Imperial: Parque de recreio” do primeiro ato. A mesma tradução traz: “Saiba o país pra os devidos fins: / Este bilhete vale mil florins. / Garante a sua soma real o vulto / Do tesouro imperial no solo oculto. / Dele se extrai logo a riqueza imensa / Com que o valor do papel se compensa” (Ibidem, p. 132).

a outra a ela, e os pregos podem ser feitos de ferro e o tempo de qualquer coisa; sua substância real é sempre o dinheiro: tudo se resume à *sua* conservação, à *sua* realidade. Mediante esta proposição, duplicamos o mundo em si mesmo e em seu corpo astral, que “enxergamos” nele. O imaginário, no entanto, parece mais real para nós do que o mundo em si, parecendo ser seu corpo verdadeiro, o corpo que conta. Em *Fausto II*, o Imperador Stewart reclama – “agora tenho de pagar, dar a cada um o seu salário” – da dependência de um credor:

“Tanto investiu, o que por muito tempo
Trará a ruína de nossos proventos.
O porco, agora, é mal cuidado,
O travesseiro foi empenhado,
À mesa, o pão já consumado.”²

Porque seu valor tem sido utilizado “há tempos”, *ele* foi “já consumado” e é ele o pão real, o qual é, ao fim, simplesmente o pão assado à mesa – aquele que parece bruxaria ou uma miragem fantasmagórica. Mas Mefistófeles sabe como o Imperador pode evitar as devastações que os investimentos vão impor aos rendimentos, isto é, contra-arrestá-las com uma prevenção parecida: notas promissórias lastreadas em tesouros enterrados. Goethe brinca com estas notas como se elas fossem dinheiro de brincadeira, embora sejam cédulas autênticas – promessas e compromissos similares foram feitos há muito tempo:

“A quem interessar possa, faz-se saber:
O portador desta nota, mil coroas irá obter.
Conforme esta promessa, reclamar-se-á
Os bens que da terra imperial saltará.
Sobre o amplo tesouro, as cláusulas relatam
Criado sem demora as notas se resgatam.”³

Também poderíamos deixar o ouro, esse lastro imaginário para o valor das notas, enterrado. Porque, com ou sem ele, se expresso em papel, metal ou dados eletrônicos, nada fará com que o valor seja mais ou menos substancial. A referência que o demônio e as autoridades vinculam ao *ouro* apenas mostra o quão sólido e real o valor aparenta para nós, uma vez que não se oferece nenhuma prova de seu valor além de uma *referência* aos bens, não importa quais. É sua atribuição: a referência aos bens, ao que ele compra, e onde ele existe. E este é o motivo pelo qual simplesmente basta, em algum lugar e de algum modo, prender-se e vincular-se a um número – sobretudo quando, ao mesmo tempo, poderes mundanos asseguram que esse número *opera* como dinheiro, como uma quantia de *aquisição*, isto é, o poder do acesso a *bens* por meio da compra. Se este número não fosse mais utilizado na conta de tal modo, e se nada pudesse ser comprado por meio dele, ele seria então a pura inexistência de sua forma. Para que se torne a coisa significativa que sabemos que é, ele deve possuir exatamente esta função e, por consequência, apenas bens que reconheçam esta autorreferência devem existir, não importando se são ouro ou balas de goma, uma massagem ou um pedaço de pão. É por isso que as nações que por fim entenderam o dinheiro estão paulatinamente dissolvendo suas reservas de ouro, e o valor monetário de uma cédula não tem sido pago em ouro pelo Estado já há muito tempo. Isso significa apenas que o valor em si agora opera como ouro, portanto a função e a pura referência assumem uma existência sólida e independente – que as *pensamos* de tal maneira. Só isso já é loucura bastante e um equívoco terrível.

É a crença errônea involuntária de que o dinheiro e o valor são uma substância absoluta, ou, melhor ainda, uma espécie de energia que pode ser gerada e deve ser produzida como quilocalorias ou eletricidade. Trata-se de uma noção muito corrente: bastaria alguém direcionar o dinheiro para algum lugar, aplicar em algo, investir, e então onde antes havia estagnação começa logo a fluir. “Onde neste mundo não há a carência? Isso aqui, aquilo lá; mas aqui o dinheiro está em falta.” E está em falta em todo lugar, é uma necessidade em todo lugar onde *algo*

4. [N.t.] Kurd Lasswitz.
Two planets. Illinois:
Southern Illinois
University Press, 1971.
A primeira edição foi
lançada pela Ferlab,
editora alemã, com
o título *Auf zwei
Planeten*, em 1897.

está escasso. Aqui há a fome, para a qual o dinheiro é o alimento; ali há um edifício inacabado, porque o dinheiro é a argamassa. E ali o fornecimento colapsa porque o dinheiro é o impulsionador de tudo. E ali a comida de fato está faltando, mas ela circula quando os recursos circulam. Aqui um projeto está parado, pois, embora pessoas e materiais estejam disponíveis, ele retorna às atividades no momento em que o combustível chega: o dinheiro. Nos países pobres, por sua vez, há de ter mãos capazes o suficiente, mas antes é preciso que o dinheiro venha de fora, fornecendo a elas o poder que as transforma em trabalhadores.

Kurd Lasswitz apresentou o pensamento análogo em seu aspecto mais puro. Em seu romance *Dois planetas*,⁴ os habitantes de marte, muito superiores aos terrestres, tampouco podem viver sem o dinheiro, eles utilizam *energia* diretamente como dinheiro. Na forma de um cartão magnético com um chip de memória, todos carregam uma parcela, recarregada pelo sol, como um meio de troca transferível aos outros e, de qualquer maneira, como uma forma de valor que, enquanto energia, funciona *imediatamente*. Uma bateria carregada, sim, é deste modo que imaginamos o dinheiro: a produção que se acumula e que, por conseguinte, permite a produção. Da energia que as nações ricas teriam acumulado, algo seria repassado aos pobres. Já que aos últimos lhes falta força, os fortes transfeririam um pouco a eles. De onde mais poderia vir o poder de ação, se não do próprio – poder? Entretanto, acreditamos que o dinheiro seria isto: a energia potencial de uma pedra que foi levantada a uma certa altura com a mesma quantidade de energia que, descendo ladeira abaixo, ascenderia novamente, como “provento”. É por isso que dizem que só se pode alcançar o que já se alcançou! Só se pode consumir o que foi gerado! Estes axiomas fazem sentido para nós, e ainda assim, no que concerne ao dinheiro, são pura mentira: como se o dinheiro fosse uma espécie de alimento em si mesmo, para fins de consumo apenas se previamente cultivado, e como se fosse trabalho em si, que poderia ser desempenhado apenas se alguém tivesse força suficiente acumulada para tal.

Com efeito, se isso fosse verdade, conforme o nosso pensamento enquadrado ao dinheiro nos leva a crer, *então não seria possível funcionar sem o dinheiro*. Então o dinheiro teria sido predestinado desde sempre a este mundo e as épocas que não o conheciam simplesmente não haviam descoberto ainda que o trabalho executado por alguém constitui valor imediato e que todo o resto é dinheiro também. Quando as pessoas, por fim, cunharam moedas, imprimiram cédulas e participaram do câmbio nas bolsas de valores, teriam apenas concedido a este estado natural uma feição visível.

Porém, o dinheiro *demand*a a produção mas não é a própria produção; ele *dispõe* da produção de coisas, mas não as *produz*. A produção é consumada apenas com a troca de mãos, nos atos de compra e venda; ou seja, por seu total oposto, o *consumo*. A produção é consumada somente ao passar de uma mão para outra, pela compra e venda; ou seja, pelo exato oposto da produção, o consumo. O que é produzido é imaterial, de modo que não se torna dinheiro enquanto produto, mas somente quando consumido por alguém que não o produtor. Obviamente, fica claro para nós que uma coisa, sobretudo, é necessária para que a “economia” vá bem: o consumo. Onde nada é consumido, nada se acumula, e no que concerne a isso, portanto, dinheiro é consumo, e absurdamente na verdade, pelo que já está posto, o passado; o dinheiro é sempre o pão “já consumido”. Logo, é um desconchavo que o que uma pessoa consome se acumule enquanto substância por outrem; o que já foi utilizado funciona como substrato a partir do qual o próximo possa existir; nesta dinâmica, dinheiro e crédito são transmitidos como nutrientes ou combustíveis previamente digeridos ou queimados por outros!

Um contrassenso inofensivo, pode-se dizer, mas – apenas para efeito de exemplo: imagine um desastre mortal em que o consumo insuficiente, com esta exata característica de negação abstrata, poderia ser intercambiado, de modo que o pouquíssimo consumo se tornasse dinheiro e, portanto, na mesma medida, com esse dinheiro insuficiente, o alimento que precisa ser comprado está faltando. O mesmo

contrassenso se torna um desastre global; ou melhor, há muito já se tornou, a saber: imagine uma macieira carregada de fruta, e agora, a dinâmica de colheita dita que a depender de quanto mais maçãs já tenham sido colhidas, mais maçãs poderão ser apanhadas. Se nada tivesse sido colhido, a árvore então não carregaria mais nenhuma maçã. Seria melhor se a árvore tivesse sido saqueada, porque aí sim, a árvore pilhada, dissecada, sem nada a dar, produziria mais. Esta imagem é ainda de longe inofensiva demais, mas todos serão capazes de agregar representações mais detalhadas e apropriadas dos efeitos e realidades de nossa maneira de lidar com o mundo, desde a terra, o ar e a água, até o interior etéreo das vidas das pessoas, que impensada e cuidadosamente seguem esta lógica.

o pensamento impensável

E se as coisas funcionassem sem o dinheiro? Não, não se trata de apenas substituí-lo por bits de informação, búzios ou vales de trabalho; não se trata de economizar dinheiro para a perpetuação de seu método, mas de sua abolição. Se as coisas funcionassem sem o dinheiro: ele estaria em falta – e portanto, *nada* estaria em falta.

O mundo já não seria duplicado. As coisas e as pessoas seriam apenas o que são, sem as limitações de uma dualidade, sem a sujeição a esta *não-coisa*, cuja compulsão pela multiplicação *de si mesma* faz com que nada seja levado em conta. Todo alimento seria produzido porque é alimento, e não sob a pré-condição de que, ao mesmo tempo, e sobretudo, deva ter um valor, aquele *não-ser*, no qual tudo deve ser transformado para apetecer alguém via consumo. As pessoas só precisariam se preocupar com os recursos, mas não porque eles deveriam ser os recursos do *não-valor*, que não se refere a mais nada além de si mesmo.

Então nada seria caro. Consequentemente, nenhuma fome deixaria de ser erradicada por falta de dinheiro. Nenhum auxílio deixaria de ser fornecido pelo fato de ninguém poder custeá-lo. Nenhum empreendimento iria à falência apenas porque, em algum lugar distante, o consumo não se teria suficientemente transformado nesta quimera garantida pelo Estado. Nada então dependeria de sua chance de rentabilidade. Nenhum ato ou bem se formaria a partir da equação: dinheiro investido deve tornar-se mais dinheiro em retorno. As instalações industriais funcionariam pelos seus produtos, sem colapsar pela insuficiência de dinheiro que geram. Ninguém perderia seu sustento pelo motivo de que, ao pagar-se, isso implicaria outra pessoa não conseguir lucro suficiente.

Seria possível produzir de acordo com as demandas e necessidades do negócio, não ditando-se por custos ou rentabilidade. Nenhuma casa teria de ser construída ou reformada de acordo com padrões mais baixos do que aqueles permitidos pela técnica, pelo simples fato

de serem mais econômicos. O gado não precisaria ser criado para a venda com sujeira, químicas e rações contendo outros animais, porque esta é a única maneira de sobreviver no mercado, e as pessoas, ao menos aquelas que têm sorte o suficiente hoje para lutar pela boa fortuna de um trabalho pago, não precisariam trabalhar sob a pressão que cada vez mais arruína suas vidas – pelo fato de que a concorrência não admite nada além.

Tudo isso vai bem e procede, mas essas são condições utópicas, uma lista que poderia se estender sem limites, desde as guerras em busca de uma ordem mundial para servir às economias poderosas até a pressão pelas marcas dentre os jovens, ou, por outro lado, desde um tomate saboroso até a satisfação das necessidades de todos os homens fora do escopo de uma noção de conquistadores e conquistados. Mas surge então a primeira objeção: quem deve pagar por todas as coisas belas? Ninguém deveria pagar por elas porque não se teria mais nada a pagar. Quem cobriria os custos? Ninguém; o dinheiro não seria adquirido para nada mais. Mas quem produziria o que todos precisam? Quem ofereceria os serviços necessários? Qualquer um – para começar, digamos: voluntários.

Obviamente, esta objeção é convincente: se não há dinheiro, de onde virá tudo? Mas a pergunta apenas pressupõe novamente o que não se deve tomar como uma condição prévia, ou seja, que o dinheiro é combustível de toda atividade e produção. Porque hoje em dia tudo ocorre dentro de seus limites, porque nada é feito hoje sem que envolva o dinheiro, e por isso é inimaginável que, sem o dinheiro, possa-se chegar a qualquer coisa. Entretanto, seria correto dizer que, sempre que as pessoas deliberam sobre fazer algo que esteja no campo de suas possibilidades, em geral dá certo porque elas deliberaram e concordaram a respeito.

Outra objeção: como seria se, ao produzir e ao receber, alguém não quisesse receber *na exata medida* do quanto produziu? Seria lícito deixar-se sobrecarregar sem pensar duas vezes? Deveria ser permitido, sem direito a recurso, que alguém obtivesse em retorno algo *menos* valioso do

que aquilo que produziu? Não, porque tal retorno não seria menos valioso, já que não haveria o *valor*. E isso não é um estratagema, mas nos mostra uma vez mais o quão difícil é para nós não ver o mundo como valor. Ademais, esta objeção também pressupõe algo que não faria mais sentido em um cenário sem o dinheiro: a troca de equivalentes entre os dois proprietários dos valores A e B. Isto seria também abandonado e substituído pela coisa certa: a produção e a distribuição coletiva e consensuada de bens.

“Mas, então, todos podem obter o que quiserem!” Uma boa objeção, de fato, e por fim alguma verdade sobre o dinheiro. É uma convicção muito difundida a de que o dinheiro só existe para que se consigam as coisas, porque sem dúvida essas se conseguem *com o dinheiro*. E, ao mesmo tempo, as coisas são postas de modo a serem alcançadas *exclusivamente* pelo dinheiro. Dessa maneira, o dinheiro é, ao contrário, o meio pelo qual *nem todos* podem obter o que querem; o que, na verdade, também coloca a possibilidade de não ser possível obter *nada*; de que se promova a *exclusão* de tudo – de tudo que não se pode obter sem o *dinheiro*. Esta exclusão também cairia por terra. Não no sentido de que o mundo permaneceria um supermercado e a pessoa iria até lá esvaziar as prateleiras para, em seguida, montar seu próprio comércio – por que ela faria isso? Ninguém compraria nada. Mas no sentido de que a distribuição, tanto quanto a produção, seriam consensuadas; não mais uma seara para clientes particulares, mas uma espécie de comunalidade.

Como seria isso? Não sei. Mas tenho uma proposta.

Todos os trabalhadores que ainda estivessem sob o regime de expediente completo, ou, de outra forma, os que teriam dedicado boa parte de suas vidas profissionais a refletir, calcular e descobrir como deve ser gerido o dinheiro, por exemplo, desde os servidores públicos regulares ligados a departamentos de finanças até os ministérios, dos especialistas em economia do FMI ao consultor fiscal, dos bancários da terrível filial da esquina aos do Banco Central Europeu e do Banco Mundial, as pessoas ligadas à indústria

de seguros, das agências de publicidade e consultores empresariais, da *intelligentsia* concentrada do mundo dos negócios e da economia, jornalistas de economia, dos corretores até as pessoas bem-sucedidas ganhadoras do Prêmio Nobel, as quais, através de suas fórmulas, um ano após o prêmio são um fracasso total, os desenvolvedores de caixas eletrônicos, dispositivos antifurto e passagens, empregados em filas de verificação, escritórios de contabilidade, de marketing, uma infinidade de advogados, sentinelas e carcereiros, assaltantes de banco e especuladores, programadores e designers de embalagens, sindicalistas e anunciadoras de sorteio lotérico, todos eles, essas milhares de pessoas que, sem o dinheiro, não teriam nada a fazer (ou significativamente menos coisas), e então estariam livres para uma nova ocupação, incluindo-se também todas as outras pessoas que ainda demonstrassem grandes preocupações com o dinheiro, poderiam juntar-se em uma enorme sessão de brainstorming, uma espécie de Silicon Valley da nova teoria social, com vistas à formação da massa crítica de um discurso inovador qualitativamente emancipado – bem, então eles talvez pudessem orientar seu intelecto coletivo, que até o momento serviu aos altos níveis de produtividade somados à extenuante administração das finanças, para se concentrar apenas no primeiro fator. E então talvez fosse viável ponderar como o essencial pode ser produzido e distribuído.

A produção certamente mudaria: os bens não teriam de viajar três vezes o mundo somente para consumir no fim menos dinheiro, apesar de toda a energia a mais. Nem todo iogurte de criança estaria contido em um pote de plástico, com lacre removível, em prateleiras refrigeradas, de forma que sua compra, quem sabe, não precisasse suplantar resistências desnecessárias. Por um lado, a capacidade de produção decresceria, uma vez que o dinheiro, enquanto o grande poder coercitivo sobre as pessoas, estaria abolido, e com isso, já não haveria incentivo ao crescimento. Entretanto, a mesma capacidade cresceria, considerando que a falta do dinheiro já não excluiria milhares e milhares de pessoas, condenando-as à inatividade; além disso, muito do trabalho desnecessário, então voltado às dificuldades

do dinheiro e aos caprichos do mercado, sempre cego e impenetrável, seria liberado para propósitos mais úteis.

E quanto à distribuição? Não teria de ser *planejada*? Sim, teria. Eu sei que isso pode parecer abominável aos ouvidos das pessoas que eram livres no âmbito da economia de mercado e nunca tiveram de planejar nada, não é mesmo? Mas estas pessoas não planejavam elementos e processos de produção, a evasão, a escalada de auxílios ou a sabotagem da concorrência? Não, o decurso da bolsa de valores *não pode* ser planejado de forma nenhuma, nunca em suas vidas aquelas pessoas desperdiçaram um momento pensando no planejamento de seu rumo, não é? Bom, agora, infelizmente e para a surpresa de todos, de repente, isso teria de ser planejado sim, mas não como no socialismo, com as “vendas” de “bens”, a “geração” da “mais-valia” e jargões incompreensíveis do tipo. Em vez disso, o que é necessário seria planejado: quantas “mãos” seriam necessárias, e por quanto tempo, para que se produzisse de uma determinada maneira, coisas assim. Alguns programas utilizados por um longo tempo nos negócios poderiam ser implementados, programas que determinassem quando e qual dos componentes de produção deveria ser entregue em qual local, para que no fim ficasse tudo certo. Neste ínterim, o estabelecimento das necessidades lançaria mão das maravilhosas capacidades interativas de planejamento da Internet. E as pessoas, que querem evitar a todo custo que alguém receba mais do que lhe cabe, sem dúvida alcançariam resultados com um mínimo do esforço utilizado atualmente para contornar este problema. Para mim seria suficiente: tenho alimento, moradia, não há concorrência; se alguém quiser brigar por um iate, então deixe que o faça.

Todos estão de acordo? Alguém é capaz de imaginar isso? E agora — algum de vocês gostaria de abolir o dinheiro?

Sem espasmos, sem gestos. Permaneço sozinho. O que pode estar errado? O que aconteceu? O que deixei passar? Uma trivialidade, é claro: apenas o fato de que nada disso daria certo. Porque o dinheiro *existe* — bem como seu correspondente poder *compulsivo*. Cada centavo que

alguém tem existe neste mundo como *reivindicação* para que seja rendido em mercadoria, uma reivindicação altamente monitorada e poderosamente protegida, na qual todos devem insistir e que, por conseguinte, sempre segue adiante e sempre do mesmo modo. Não queremos nos livrar desta grande coisa que possuímos aqui neste planeta; o que nos forma, o que determina nosso lugar — ou faz deste lugar algo ameaçadoramente precário: isso significaria desistir de *nós mesmos*. E nós *não podemos* desistir. Há gerentes poderosos que não gostam quando os próprios Estados permitem um espaço *muito inexpressivo* no interior de sua região soberana de lógica monetária. Não gostam e, portanto, não deixam que isso aconteça. Para tanto, eles extorquem, matam, conspiram e, não satisfeitos, ainda fazem guerras. Atualmente, a guerra já não precisa ser fria. Essa história de abolir o dinheiro, como dizem, pode muito bem ser esquecida.

Então vamos tirar isso da cabeça de uma vez por todas.

Caderno de Leituras n.113
série *intempestiva*

Abolir o dinheiro

Eske Bockelmann

**Coordenação
editorial**
Maria Carolina
Fenati

**Coordenação
de arte**
Luísa Rabello

Tradução
Sergio Ricardo
Oliveira

**Revisão da
tradução**
Carolina Faria e
Clarissa Xavier

Revisão
Clara Delgado

Projeto gráfico
Mateus Acioli

Composto em Maax,
desenhada por Damien
Gautier para 205TF Foundry.

Edições Chão da Feira
Belo Horizonte,
setembro de 2020

Esta e outras publicações
da editora estão disponíveis
em www.chaodafeira.com

Projeto Caderno de Leituras, nº 0699, aprovado no Edital 2017 oriundo da
Política de Fomento à Cultura Municipal (Lei nº 11.010/2016).

Realização

unibh